



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Previdenciário
Administrativa Previdenciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

O equilíbrio entre desafio e frustração é crucial no ensino. O problema é que estudantes têm talentos variados e diferentes. A mesma aula pode ser fácil demais e entediante certos alunos e, ao mesmo tempo, parecer intransponível a outros.

É óbvio que não somos todos iguais, mas costumamos admitir isso. Uma consequência da ideia de que somos todos iguais é que a diferença entre os alunos que terão sucesso na escola e os que não terão não pode ser questão de mais ou menos inteligência, predisposição ou preguiça.

A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade de resistir à frustração.

Ou seja, os que conseguem são os que não desistem, e não desistem porque não se deixam derrubar pela frustração. Os que não conseguem têm as mesmas habilidades, mas perdem coragem quando frustrados. Consequência: o que é preciso ensinar às crianças é resistência à frustração, que os estudos e a vida em geral necessariamente lhes prometem.

Não deixa de ser paradoxal: nossa cultura pensa que a chave do sucesso está na capacidade de se frustrar. Sempre tem alguém para se indignar porque seríamos hedonistas e imediatistas. Na verdade, somos uma das culturas menos hedonistas da história do Ocidente: somos apologistas da frustração, que, aliás, tornou-se mérito.

É raro encontrar pais que não estejam convencidos de que não é bom dar a uma criança o que ela quer. É claro que, se faz manhas para obter algo que está fora do orçamento familiar, é preciso dizer não. E talvez seja bom que ela aprenda, assim, que a realidade resiste ao desejo.

Mas nossa pedagogia frustradora não depende do orçamento: uma criança de classe média, nem obesa nem pré-diabética, pede um sorvete (valor insignificante). Em regra, a resposta será negativa: agora é tarde ou cedo demais, é muito doce, e por aí vai... Produzir uma frustração é considerado um ato pedagógico, que ajudará a criança a crescer.

Amadurecer, na nossa cultura, significa aprender a renunciar. Por isso, presume-se que o idoso seja mais sábio que o jovem, porque saberia "naturalmente" que a vida é renúncia.

Mas e se o essencial da vida forem os sorvetes que não tomamos, todos os pequenos (grandes) prazeres aos quais renunciamos em nome de uma propedêutica à suposta grande frustração da vida? Pior: e se estivermos educando as crianças para que queiram desde pequenas renunciar aos prazeres da vida?

Obviamente, não é preciso dar à criança tudo o que pede. Mas também não é preciso lhe negar o que ela pede sob pretexto de que estaríamos treinando-a para alguma preciosa sabedoria.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. Disponível em: folha.uol.com.br, 21/12/2017)

1. Depreende-se do texto que o autor
 - (A) questiona a ideia de que a capacidade de resistir à frustração seja fundamental para a vida, quando talvez os prazeres a que renunciamos tenham um papel mais importante.
 - (B) apoia a noção de que o êxito de determinado aluno advém de sua capacidade de resistir aos reveses trazidos pelo amadurecimento, capacidade esta que deve ser valorizada pelos pais.
 - (C) aponta para o fato de estarmos inseridos em uma cultura cujo principal objetivo é a busca incessante do prazer, o que torna difícil aprender a lidar com a frustração, especialmente na juventude.
 - (D) critica os pais que, desconsiderando o orçamento familiar, atendem a todos os desejos das crianças, impedindo-as de confrontar desejo e realidade e, assim, tornarem-se adultos bem-sucedidos.
 - (E) sugere que o ambiente propício ao aprendizado é aquele em que se respeitam as diferenças inerentes aos alunos, independentemente de uns se sentirem mais desafiados que outros.

2. ... o que é preciso ensinar às crianças é resistência à frustração, que os estudos e a vida em geral necessariamente lhes prometem. (4º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

 - (A) os estudos e a vida em geral – crianças
 - (B) crianças – os estudos e a vida em geral
 - (C) resistência à frustração – crianças
 - (D) resistência à frustração – os estudos e a vida em geral
 - (E) os estudos e a vida em geral – resistência à frustração

3. ... e se estivermos educando as crianças para que queiram desde pequenas renunciar aos prazeres da vida? (9º parágrafo)

Transformando-se o elemento sublinhado acima em sujeito da frase, a forma verbal resultante será:

 - (A) estivessem educando-se.
 - (B) estejam sendo educadas.
 - (C) educam-se.
 - (D) estar-se-iam educando.
 - (E) estiverem sendo educadas.



4. Expressa ideia de finalidade, no contexto, o que se encontra sublinhado em:
- (A) *E talvez seja bom que ela aprenda, assim, que a realidade resiste ao desejo.*
- (B) *É óbvio que não somos todos iguais, mas costumamos a admitir isso.*
- (C) *... e não desistem porque não se deixam derrubar pela frustração.*
- (D) *... se faz manhas para obter algo que está fora do orçamento...*
- (E) *A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade...*
-
5. A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade de resistir à frustração. (3º parágrafo)
- Sem que se faça nenhuma outra alteração na frase acima, mantém-se a correção substituindo-se *frustração* por
- (A) expectativas frustradas.
- (B) falta de êxito.
- (C) um desapontamento.
- (D) fracassos.
- (E) uma desilusão.
-
6. Está correta a **redação** do seguinte comentário:
- (A) Visto que, em uma determinada escola, cada um dos estudantes apresentam diferentes talentos, a mesma aula pode ser percebida como fácil para alguns, enquanto a outros, parece intransponível.
- (B) Os pais de hoje creem que, não ceder aos desejos da criança faz parte de uma educação sólida, mesmo quando lhe pedem coisas insignificantes, que caberia no orçamento.
- (C) Como é difícil admitir que não somos todos iguais, oculta-se atualmente as diferenças entre alunos bem-sucedidos e aqueles que não apresentam a mesma predisposição e inteligência destes.
- (D) Embora a ideia de que seríamos hedonistas e imediatistas esteja disseminada e chegue a despertar a indignação de alguns, o fato é que se valoriza, na nossa cultura, a renúncia ao prazer.
- (E) Acredita-se que hajam aqueles que perdem a coragem diante de uma frustração, ainda que possuam as mesmas habilidades dos que não desistem; estes, assim, não recuam diante dos reveses.
-
7. Está escrita com correção a frase que se encontra em:
- (A) Quando convir, os pais podem satisfazer o desejo da criança, mas apenas quando pedem algo compatível com o orçamento familiar.
- (B) Conquanto possa ser exagerado, é grande o valor no qual se atribui à capacidade de resiliência atualmente.
- (C) A razão porque alguns esmorecem diante de frustrações costumam ser de cunho pessoal e independe do meio social.
- (D) Se saber lidar com a frustração é fundamental, por vezes apelam-se para desafios intransponíveis nas aulas.
- (E) A noção de que aprender a abdicar dos desejos contribui para o amadurecimento está disseminada nas sociedades ocidentais.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

8. Na sala de entrevistas para uma vaga, encontram-se uma administradora, uma psicóloga, uma assistente social e uma contadora. Os nomes das quatro entrevistadas, ainda que não necessariamente na ordem das profissões, são: Alzira, Bianca, Cláudia e Dinorah. A respeito dessas pessoas, sabe-se que:
- Alzira e a contadora já se conheciam antes da entrevista;
 - Cláudia não é psicóloga;
 - Bianca é parente da assistente social e é amiga de Dinorah;
 - a administradora já trabalhou com Dinorah e com a contadora.
- Levando-se em consideração que cada pessoa tem formação em uma única profissão das que foram mencionadas,
- (A) Bianca é assistente social.
- (B) Alzira é assistente social.
- (C) Dinorah é psicóloga.
- (D) Alzira é administradora.
- (E) Cláudia é administradora.
-



9. Os 12 funcionários de uma repartição pública estão distribuídos em três grupos da seguinte forma:

Grupo A – 3 funcionários;

Grupo B – 5 funcionários;

Grupo C – 4 funcionários.

O setor de atendimento ao público dessa repartição funciona de 2^a a 6^a feira, havendo ao menos um funcionário de plantão em cada dia. Cada um dos 12 funcionários faz plantão de atendimento ao público em apenas um dia da semana. As regras de distribuição dos funcionários nos plantões estão indicadas na tabela abaixo.

2 ^a feira	Ao menos 1 funcionário do grupo A e 3 funcionários do grupo C.
3 ^a feira	No máximo 2 funcionários do grupo B e 1 funcionário do grupo A.
4 ^a feira	De 3 a 4 funcionários do grupo B e não mais do que 2 funcionários do grupo C.
5 ^a feira	Ao menos 1 funcionário de cada um dos três grupos.
6 ^a feira	Apenas funcionário(s) dos grupos B ou C.

O número de funcionários de plantão no atendimento ao público dessa repartição de 2^a a 6^a feira será, respectivamente, igual a

- (A) 5, 1, 2, 2, 2.
- (B) 4, 2, 3, 2, 1.
- (C) 3, 2, 3, 3, 1.
- (D) 4, 1, 3, 3, 1.
- (E) 4, 1, 4, 2, 1.

10. Um posto de saúde dispõe de um lote de 1 980 doses de uma vacina da gripe. Esse posto vacina exatamente 60 pessoas por dia com uma dose dessa vacina, sendo que pelo menos 40 delas são do grupo de risco, constituído por crianças e idosos. Ao término desse lote, o posto registrou a vacinação de 60 pessoas que não eram do grupo de risco. Em tais condições, necessariamente, em algum dia de uso do lote, foram vacinadas, do grupo de risco,

- (A) exatamente 48 pessoas.
- (B) pelo menos 59 pessoas.
- (C) exatamente 60 pessoas.
- (D) mais do que 60 pessoas.
- (E) menos do que 58 pessoas.

Noções de Informática

11. O usuário de um computador com sistema operacional Windows 10, em português, criou, em adição ao original, mais um Ambiente de Trabalho (*Desktop*) virtual para organizar as janelas de aplicativos em uso. Estando no ambiente original (primeiro), uma forma de alternar (chavear) para o segundo ambiente é pressionar as teclas: Windows + Tab, simultaneamente, e escolher o segundo ambiente utilizando o *mouse*. Outra forma de realizar a mesma ação é pressionar simultaneamente as teclas:

- (A) Windows + Tab + Alt.
- (B) Windows + Ctrl + Seta direita.
- (C) Windows + Alt + Seta abaixo.
- (D) Windows + Alt + Espaço.
- (E) Windows + Ctrl + Tab.

12. Ao utilizar um navegador *web* típico para visitar os *sites* na internet, o usuário notou a existência do ícone com um cadeado fechado na barra de endereços do navegador. A presença desse ícone indica que

- (A) a comunicação entre o navegador e o *site* é criptografada.
- (B) a página visitada é autêntica, ou seja, não é falsificada.
- (C) é requerida uma senha para acessar os serviços do *site*.
- (D) não há código malicioso inserido na página visitada.
- (E) o *site* visitado está livre de vírus.

**Noções de Direito Constitucional**

13. Certo Estado da Federação pretende fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio de previdência social, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social. Ao mesmo tempo, intenciona instituir regime de previdência complementar aos seus servidores públicos titulares de cargos efetivos, mediante contribuição facultativa. Para que essa pretensão seja exercida regularmente,
- (A) deverá ser editada lei federal disciplinando a matéria, uma vez que a previdência social se insere no âmbito das competências legislativas privativas da União.
 - (B) deverá ser alterada a Constituição Federal, que veda a instituição de mais de um regime de previdência social em benefício dos servidores públicos.
 - (C) o regime de previdência complementar deverá ser instituído por lei estadual, de iniciativa do Governador, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
 - (D) deverá ser alterada a Constituição Federal, que veda a fixação do limite pretendido para os benefícios pagos pelo regime próprio de previdência social.
 - (E) o regime de previdência complementar deverá ser instituído por lei estadual, de iniciativa do Governador, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, desde que a contribuição ao regime complementar substitua a contribuição ao regime próprio de previdência social.
-
14. Ao apreciar as contas anuais do Governador, o Tribunal de Contas de certo Estado constatou:
- I. a contratação de médicos para prestar atendimento à população por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estabelecida em lei.
 - II. o preenchimento de cargos públicos em comissão, de livre provimento e exoneração, para execução de tarefas burocráticas e rotineiras que não caracterizam atribuições de chefia, direção ou assessoramento.
 - III. a cumulação remunerada de cargo público de engenheiro estadual com cargo público de engenheiro municipal.
- Todavia, considerando as normas da Constituição Federal, mostra-se compatível com a Constituição Federal o ato referido em
- (A) I, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.

Noções de Direito Administrativo

15. Em uma escola pública municipal de ensino fundamental, uma professora e três alunos se feriram em razão de uma descarga elétrica ocorrida em um aparelho, decorrente de um curto-circuito. O acidente
- (A) enseja a responsabilidade do ente público municipal sob a modalidade subjetiva exclusivamente em relação aos alunos, não se estendendo à professora em razão do vínculo funcional.
 - (B) demanda a responsabilização do Município sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente ou atenuante de responsabilidade, salvo na hipótese de culpa da vítima.
 - (C) demandará apuração de responsabilidade para verificar se houve conduta reprovável por parte do agente público no local, qual seja, a professora, somente após o quê será analisada a responsabilidade do município.
 - (D) diante da responsabilidade objetiva do Estado e dos agentes públicos, deverá ser previamente apurada a conduta da professora e de outros agentes, para que possam responder sob a modalidade subjetiva em caráter primário.
 - (E) enseja responsabilidade objetiva do Município, em razão de se tratar de danos causados nas dependências de seu estabelecimento, não havendo que se demonstrar culpa dos agentes públicos.
-
16. Foi instaurado processo administrativo para apuração de ato de improbidade cometido no curso de um procedimento de licitação. Durante a tramitação do processo, foi identificado que a planilha de custos que ensejou a fixação do preço mínimo era inverídica, ou seja, suas informações não eram corretas e não guardavam pertinência com o mercado. Noticiado esse fato nos autos do processo administrativo onde foi aberta a licitação, a autoridade responsável
- (A) pode revogar a licitação, tomando prejudicado o processo de improbidade.
 - (B) deve revogar a licitação, por se tratar de vício insanável, restando arquivado o processo de improbidade, pois a caracterização de improbidade demanda prova do prejuízo.
 - (C) pode anular a licitação, desde que o certame ainda esteja em curso, findo o qual a contratação constitui direito subjetivo do vencedor, restando a possibilidade de indenização por ato de improbidade.
 - (D) deve anular a licitação, ensejando também a anulação do contrato dela decorrente, se já assinado, sem prejuízo do trâmite do processo cujo objeto seja a apuração e responsabilização por ato de improbidade.
 - (E) deve anular o processo administrativo de improbidade, a licitação ocorrida, bem como instaurar novas apurações, de acordo com as condutas residuais que não tenham sido exauridas com o fim da licitação.

**Legislação Previdenciária**

17. Considere as seguintes situações hipotéticas, de acordo com a Lei Complementar nº 073/2004:

I. Florence está grávida de gêmeos e é servidora pública do Estado do Maranhão.

II. Heitor também é servidor público deste Estado, convivendo em união estável com Sabrina, que dará à luz uma menina em junho do corrente ano.

O direito ao auxílio-natalidade é possuído

(A) tanto por Florence quanto por Heitor, desde que implementado o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, sendo certo que Florence receberá dois auxílios-natalidade.

(B) tanto por Florence quanto por Heitor, desde que implementado o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, sendo certo que Florence receberá um único auxílio-natalidade, tendo em vista um único parto.

(C) tanto por Florence quanto por Heitor, não havendo necessidade, no caso, de implementar o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais.

(D) por Florence, em sua integralidade; já Heitor receberá somente 50%.

(E) somente por Florence, uma vez que a lei não autoriza o servidor a receber tal benefício em razão da gravidez de companheira.

18. Julio é servidor público civil do Estado do Maranhão e sua remuneração é composta, além de seus vencimentos, de uma gratificação pelo exercício de cargo em comissão, adicional de insalubridade e adicional noturno. Assim, constituem salário-contribuição, de acordo com a Lei Complementar nº 073/2004:

(A) apenas os vencimentos e os adicionais de insalubridade e noturno.

(B) todas as verbas que compõem a remuneração.

(C) apenas os vencimentos e a gratificação pelo exercício de cargo em comissão.

(D) apenas os vencimentos e o adicional de insalubridade.

(E) apenas os vencimentos recebidos.

19. Tendo em vista que os princípios são a base do sistema jurídico e revelam a finalidade a ser perseguida pelos aplicadores da lei, considere:

I. São aplicáveis ao sistema da seguridade social os princípios da igualdade, da legalidade e da solidariedade social, todos eles subordinados ao princípio da dignidade da pessoa humana.

II. A universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio, entre outros, são considerados princípios constitucionais próprios da seguridade social.

III. Caráter democrático e descentralização da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados, também é considerado um princípio constitucional da seguridade social.

Está correto o que consta em

(A) II e III, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I e II, apenas.

(D) I, apenas.

(E) III, apenas.

20. Mateus é brasileiro e trabalha no exterior em empresa regida por leis brasileiras; Tatiana é associada de cooperativa que explora a atividade de oficina de costura; já Silvério presta serviços como amarrador de embarcação no porto. São considerados segurados obrigatórios da Previdência Social:

(A) todos, Mateus e Tatiana na condição de contribuintes individuais e Silvério como trabalhador avulso.

(B) todos, na condição de empregado, contribuinte individual e trabalhador avulso, respectivamente.

(C) apenas Mateus e Silvério, como empregado e trabalhador eventual, respectivamente.

(D) apenas Tatiana e Silvério, como contribuinte individual e trabalhador avulso, respectivamente.

(E) apenas Silvério, como autônomo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Empregado, segurado obrigatório da Previdência Social, é aquele que presta serviço de natureza
- (A) apenas urbana à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - (B) urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - (C) apenas rural à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - (D) urbana ou rural à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.
 - (E) urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sem subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.
-
22. De acordo com a Lei nº 8.212/1991, considera-se empresa a firma individual ou sociedade que assume o risco
- (A) de atividade econômica urbana ou rural, apenas sem fins lucrativos, bem como outros entes privados.
 - (B) apenas de atividade econômica rural, com fins lucrativos, bem como os órgãos e entidades da Administração pública direta, indireta e fundacional.
 - (C) apenas de atividade econômica urbana, com fins lucrativos, bem como os órgãos e entidades da Administração pública direta, indireta e fundacional.
 - (D) de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da Administração pública direta, indireta e fundacional.
 - (E) de atividade econômica urbana ou rural, apenas com fins lucrativos, exceto órgãos e entidades da Administração pública direta, indireta e fundacional.
-
23. A alíquota de contribuição social previdenciária dos segurados contribuinte individual e facultativo é de
- (A) 9% sobre o respectivo salário-de-contribuição.
 - (B) 8% sobre o respectivo salário-de-benefício.
 - (C) 20% sobre o respectivo salário-de-contribuição.
 - (D) 15% sobre o respectivo salário-de-benefício.
 - (E) 30% sobre o respectivo salário-base.
-
24. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, para o financiamento do benefício previsto nos Arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213/1991 (Aposentadoria Especial), e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos, é de 1% para as empresas em cuja atividade
- (A) preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve; 2% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio; e 3% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.
 - (B) periférica o risco de acidentes que não do trabalho seja considerado leve; 2% para as empresas em cuja atividade periférica esse risco seja considerado médio; e 3% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.
 - (C) preponderante o risco de insalubridade seja considerado grave; 2% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado leve; e 3% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio.
 - (D) preponderante o risco atuarial seja considerado leve; 2% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave; e 3% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio.
 - (E) preponderante o risco de penosidade seja considerado grave; 2% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio; e 3% para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado leve.
-
25. A empresa é obrigada a preparar folhas de pagamento
- (A) apenas das remunerações pagas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social.
 - (B) das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social.
 - (C) apenas das remunerações creditadas a alguns dos segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social.
 - (D) das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a serviço de outrem, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social.
 - (E) apenas das remunerações pagas a todos os segurados a serviço de outrem, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social.



26. NÃO integram o salário-de-contribuição para os fins da Lei nº 8.212/1991, exclusivamente, as importâncias recebidas a título de férias
- (A) indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra legal da remuneração de férias, além da importância paga ao segurado facultativo a título de complementação ao valor do auxílio-moradia, desde que extensivo à totalidade de empregados da empresa.
 - (B) gozadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra legal da remuneração de férias, além da importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-acidente, desde que extensivo à totalidade de empregados da empresa.
 - (C) indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à metade da remuneração legal de férias, além da importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-moradia, desde que extensivo à totalidade de empregados da empresa.
 - (D) indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra legal da remuneração do décimo terceiro salário, além da importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-acidente, desde que extensivo a alguns empregados da empresa.
 - (E) indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra legal da remuneração de férias prevista na legislação pertinente, além da importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que extensivo à totalidade de empregados da empresa.
-
27. Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, as contribuições sociais serão apuradas
- (A) mês a mês, sem referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites mínimos do salário-de-contribuição e acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas.
 - (B) mês a mês, com referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas.
 - (C) mês a mês, com referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e sem acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas.
 - (D) semana a semana, com referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e sem acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas.
 - (E) semana a semana, sem referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas.
-
28. Quanto ao segurado, o Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefício: aposentadoria por
- (A) invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; auxílio-doença; salário-cultura; salário-maternidade; auxílio-acidente.
 - (B) idade; aposentadoria por tempo de contribuição; auxílio-moradia; salário-família; ajuda de custo; auxílio-acidente.
 - (C) invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade; auxílio-creche.
 - (D) invalidez; aposentadoria por idade; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade; auxílio-acidente.
 - (E) idade; aposentadoria especial; auxílio-doença; salário-família; salário-emprego; auxílio-acidente.
-
29. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência
- (A) grave; os pais; e o irmão emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha apenas deficiência intelectual ou mental.
 - (B) média; os pais; e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência média.
 - (C) grave; os pais; e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
 - (D) média; os pais e os avós; e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência média.
 - (E) grave; os pais; e o irmão emancipado, de qualquer condição, menor de 24 anos ou inválido ou que tenha apenas deficiência intelectual ou mental.



30. Equiparam-se ao acidente do trabalho, para efeitos da Lei nº 8.213/1991: o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho em consequência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro
- (A) ou companheiro de trabalho; ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho; ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
 - (B) e companheiro de trabalho; ofensa moral intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho; ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro e de companheiro de trabalho.
 - (C) e companheiro de trabalho; ofensa moral intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho; ato de imprudência, de negligência ou de perícia exclusiva de companheiro de trabalho.
 - (D) ou companheiro de trabalho; ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada a questão familiar; ato de prudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
 - (E) ou companheiro de trabalho; ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho; ato de prudência, de negligência ou de perícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
-
31. Segundo a Lei nº 8.213/1991, a aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que estando ou não em gozo de
- (A) auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga mesmo se a condição não subsistir.
 - (B) auxílio-acidente, for considerado incapaz e susceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
 - (C) auxílio-creche, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
 - (D) auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
 - (E) auxílio-acidente, for considerado capaz e susceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
-
32. O benefício de aposentadoria especial previsto na Lei nº 8.213/1991, será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do Art. 22, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após
- (A) vinte, vinte e cinco e trinta anos de contribuição, respectivamente.
 - (B) vinte e cinco, vinte e quinze anos de contribuição, respectivamente.
 - (C) quinze, vinte e trinta e cinco anos de contribuição, respectivamente.
 - (D) vinte, vinte e cinco ou trinta e cinco anos de contribuição, respectivamente.
 - (E) quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.
-
33. Segundo a Lei nº 8.213/1991, o auxílio-acidente será concedido, como
- (A) indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
 - (B) indenização, ao dependente do segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
 - (C) reembolso, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem incapacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
 - (D) indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem aumento da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
 - (E) reembolso, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes apenas de acidente de trabalho, resultarem sequelas que impliquem redução da incapacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
-
34. De acordo com a Lei nº 8.213/1991, a reabilitação profissional compreende o fornecimento de
- (A) aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser agravada por seu uso e dos equipamentos necessários apenas à habilitação e reabilitação religiosa e cultural.
 - (B) aparelho de prótese quando o ganho da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.
 - (C) aparelho de órtese quando a perda ou redução da capacidade intelectual puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.
 - (D) instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade intelectual puder ser agravada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.
 - (E) aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.



35. Considerando a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria (Lei nº 9.796/1999), tem-se que: regime de origem é o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público estiver vinculado sem que dele receba aposentadoria, ou tenha gerado
- (A) ajuda de custo para seus dependentes, enquanto regime instituidor é o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes sem cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
 - (B) pensão para seus dependentes, enquanto regime instituidor é o regime previdenciário responsável pela concessão, mas não pelo pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes sem cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
 - (C) pensão para seus dependentes, enquanto regime instituidor é o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
 - (D) pensão para seus dependentes, enquanto regime instituidor é o regime previdenciário responsável pela negativa quanto à concessão do benefício de pensão a segurado ou servidor público com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
 - (E) pensão para seus dependentes, enquanto regime instituidor é o regime previdenciário responsável pela negativa quanto à concessão do benefício de aposentadoria aos dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
-
36. Cada Regime Próprio de Previdência de servidor público tem direito, como regime instituidor, de receber do Regime Geral de Previdência Social, enquanto regime de origem, compensação financeira, desde que apresente, além do disposto em normas específicas, os seguintes dados referentes a cada benefício concedido com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do Regime Geral de Previdência Social: identificação do servidor público e, se for o caso, de seu dependente; o valor dos proventos de aposentadoria
- (A) e a data de término do benefício; e o tempo de serviço total do servidor e o correspondente ao tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social.
 - (B) ou pensão dela decorrente e a data de início do benefício; e o tempo de serviço total do servidor e o correspondente ao tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social.
 - (C) e a data de término do benefício; e o tempo de serviço total do servidor e o correspondente ao tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social.
 - (D) ou pensão dela decorrente e a data de término do benefício; e o tempo de serviço parcial do servidor e o correspondente ao tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social.
 - (E) ou pensão dela decorrente e a data de início do benefício; e o tempo de serviço parcial do servidor sem o correspondente tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social.
-
37. De acordo com a Portaria MPS 403/2008, no âmbito das avaliações e reavaliações atuariais necessárias ao dimensionamento dos compromissos do Plano de Benefícios e estabelecimento de Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o “custo suplementar” é definido como: o valor correspondente às necessidades de
- (A) custeio, atuariamente calculadas, destinadas à cobertura do tempo de serviço futuro, ao equacionamento de superávits gerados pela suficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias.
 - (B) custeio, desprovidas de cálculos atuariais, destinadas à cobertura do tempo de serviço passado, à majoração de déficits gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias.
 - (C) custeio, atuariamente calculadas, destinadas à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias.
 - (D) despesas, atuariamente calculadas, destinadas à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, adequabilidade da metodologia fiscal ou outras causas que ocasionaram a suficiência de ativos necessários às coberturas das provisões previdenciárias.
 - (E) despesas, atuariamente calculadas, destinadas à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a suficiência dos passivos necessários às coberturas das provisões previdenciárias.
-
38. De acordo com a Portaria MPS 403/2008, os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS poderão adotar os seguintes regimes de financiamento de seu plano de benefícios para observância do equilíbrio financeiro e atuarial: regime financeiro de
- (A) descapitalização; de somatória de capitais; e de diminuição de capitais.
 - (B) capitalização; de somatória de capitais; e de somatória simples.
 - (C) mais valia; de diminuição de capitais; e de diminuição simples.
 - (D) capitalização; de repartição de capitais de cobertura; e de repartição simples.
 - (E) mais valia; de repartição de capitais sem cobertura; e de repartição complexa.



39. O ente federativo, a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial deverão, eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas
- (A) às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS, independentemente das hipóteses e premissas consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial geral.
 - (B) apenas às características da massa de segurados para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS, tendo como referência as hipóteses e premissas consubstanciadas na Nota Técnica Atuarial do respectivo RPPS.
 - (C) apenas às características da massa de dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS, tendo como referência as hipóteses e premissas consubstanciadas na Nota Técnica Atuarial do respectivo RPPS.
 - (D) às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos passados do RPPS, tendo como referência as hipóteses e premissas consubstanciadas na Nota Técnica Atuarial do respectivo RPPS.
 - (E) às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS, tendo como referência as hipóteses e premissas consubstanciadas na Nota Técnica Atuarial do respectivo RPPS.
-
40. No que tange às normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, os benefícios de auxílio-doença, salário-família e salário-maternidade deverão ter
- (A) os seus custos apurados a partir dos valores efetivamente despendidos pelo RPPS, não podendo ser inferior à média dos dispêndios dos três últimos exercícios, exceto quando houver fundamentada expectativa de redução desse custo, demonstrada no Parecer Atuarial.
 - (B) suas receitas apuradas a partir dos valores efetivamente recebidos pelo RPPS, não podendo ser inferior à média dos dispêndios dos quatro últimos exercícios, exceto quando houver fundamentada expectativa de redução desse custo, demonstrada no Parecer Atuarial.
 - (C) suas médias apuradas a partir dos valores efetivamente transferidos pelo RPPS, não podendo ser inferior à quota dos dispêndios dos cinco últimos exercícios, exceto quando houver fundamentada expectativa de redução desse custo, demonstrada no Parecer Atuarial.
 - (D) os seus custos apurados a partir dos valores efetivamente despendidos pelo RPPS, não podendo ser inferior à média dos dispêndios dos seis últimos exercícios, independentemente de acréscimo demonstrado no Parecer Atuarial.
 - (E) suas receitas apuradas a partir dos valores efetivamente transferidos pelo RPPS, não podendo ser superior à quota dos dispêndios dos cinco últimos exercícios, exceto quando houver fundamentada expectativa de redução desse custo, demonstrada no Parecer Financeiro.
-

Atenção: Para responder às perguntas de números 41 a 43, considere a Lei Complementar Estadual nº 073/04.

41. A percepção do auxílio-funeral
- (A) está sujeita ao decurso do prazo de 12 meses de contribuição do segurado falecido ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, inclusive se o óbito do segurado decorrer de acidente em serviço.
 - (B) está sujeita ao decurso do prazo de 12 meses de contribuição do segurado falecido ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, exceto se o óbito do segurado decorrer de acidente em serviço.
 - (C) independe de carência, em qualquer hipótese, pois se trata de exceção legal previamente determinada.
 - (D) está sujeita ao decurso do prazo de 18 meses de contribuição do segurado falecido ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, exceto se o óbito do segurado decorrer de acidente em serviço.
 - (E) está sujeita ao decurso do prazo de 18 meses de contribuição do segurado falecido ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, inclusive se o óbito do segurado decorrer de acidente em serviço.
-
42. O auxílio-natalidade
- (A) será devido independentemente da sobrevivência do nascituro e prescreverá, se não requerido dentro de 180 dias, a contar da data do nascimento.
 - (B) garantirá à segurada gestante, após seis meses de contribuição ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, uma quantia paga em duas parcelas, igual ao menor vencimento vigente no serviço público estadual.
 - (C) será devido sem qualquer acréscimo em caso de nascimento de mais de um filho, no mesmo parto.
 - (D) será devido com acréscimo de 30% em caso de nascimento de mais de um filho, no mesmo parto.
 - (E) será pago para ambos os pais quando os dois forem segurados.
-



43. Com relação à pensão por morte, considere:

- I. Quando o vencimento do servidor falecido em atividade for constituído de uma parte fixa e outra variável, esta será calculada pela média estabelecida pela legislação específica.
- II. É vedada a percepção cumulativa de pensões, inclusive nas hipóteses de acumulação constitucional de cargos e do filho em relação aos genitores, segurados da previdência social do Estado.
- III. O cônjuge ou companheiro que se encontrar em gozo de prestação de alimentos, concedida por meio de ação judicial, terá direito ao valor dos alimentos arbitrados, que será deduzido da pensão, destinando-se o restante aos dependentes.
- IV. O valor da pensão devida será rateado entre os dependentes habilitados, cabendo ao cônjuge ou companheiro sobrevivente 70% do total, e o restante aos demais em igualdade de condições.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e IV.

44. De acordo com a Constituição Federal, com relação à seguridade social,

- (A) é vedada, em qualquer hipótese, a concessão de remissão de contribuições sociais, sendo permitida a anistia quando preenchidos os requisitos legais.
- (B) pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, mas dele poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (C) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total, podendo, porém, ser estendido.
- (D) não são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, possuindo, no entanto, redução significativa desta contribuição, dependendo dos requisitos legais pertinentes a cada entidade.
- (E) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

45. Segundo a Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais, calculados, no caso

- (A) da União, sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 5%.
- (B) da União, sobre a receita corrente líquida do exercício financeiro anterior, não podendo ser inferior a 20%.
- (C) dos Estados e do Distrito Federal, sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 5%.
- (D) dos Estados e do Distrito Federal, sobre a receita corrente líquida do exercício financeiro anterior, não podendo ser inferior a 20%.
- (E) da União, sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15%.

46. Considere as situações hipotéticas abaixo.

- I. Durante o horário de trabalho, Margarido, empregado da empresa "D", lesionou intencionalmente seu colega de trabalho, Norberto, no elevador da empresa, por uma disputa comercial relacionada ao trabalho, causando-lhe ferimentos graves.
- II. Gláucia, empregada da empresa "Z", fraturou a mão em cinco pontos em razão de ato de sabotagem praticado no refeitório da sua empregadora por empregado de empresa concorrente, durante o expediente de trabalho.
- III. Magna, empregada da empresa "D", foi atropelada, durante o expediente de trabalho, no pátio interno de sua empregadora pelo motorista da empresa de entrega de água potável que dirigia em velocidade incompatível com o local.

Nestes casos, equiparam-se ao acidente do trabalho, para efeitos de acordo com a Lei nº 8.213/91, as hipóteses indicadas em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.



47. De acordo com a Lei nº 8.213/91, os pais de um Segurado da Previdência Social

- (A) são considerados dependentes, inclusive se houver cônjuge, companheira, companheiro, filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- (B) podem ser considerados dependentes na inexistência de cônjuge, companheira, companheiro, filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- (C) não são considerados dependentes, em qualquer hipótese, por ausência de disposição legal específica prevendo esta condição.
- (D) podem ser considerados dependentes somente quando não houver irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- (E) podem ser considerados dependentes somente quando não houver irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

48. Considere:

- I. Multa administrativa com valor a ser estabelecido caso a caso dependendo da gravidade da conduta e dos montantes relacionados, obedecendo valores entre R\$ 500.000,00 e R\$ 5.000.000,00.
- II. Suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União.
- III. Impedimento para receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.

De acordo com a Lei nº 9.717/98, o descumprimento, atualmente, do disposto na referida Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, dentre outras, nas penalidades indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

49. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, com relação à Lei Orçamentária Anual,

- (A) é permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, havendo dispositivo expresso neste sentido.
- (B) o refinanciamento da dívida pública constará de forma conjunta na lei orçamentária e nas de crédito adicional, vedada a separação.
- (C) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- (E) integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, exceto os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

50. De acordo com a Lei nº 8.213/91, em regra, o auxílio-doença

- (A) não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 salários-de-contribuição, inclusive em caso de remuneração variável.
- (B) não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 salários-de-contribuição, exceto em caso de remuneração variável.
- (C) poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 salários-de-contribuição, inclusive em caso de remuneração variável.
- (D) não poderá exceder a média aritmética composta dos últimos 6 salários-de-contribuição, exceto em caso de remuneração variável.
- (E) não poderá exceder a média aritmética composta dos últimos 3 salários-de-contribuição, inclusive em caso de remuneração variável.